
Política, educação e trabalho docente: qual compromisso ético-político?

Politics, education and teaching work: what ethical-political commitment?

Política, educación y trabajo: qué compromiso ético-político?

Dal Ri, Neusa Maria¹ (Marília, São Paulo e Brasil.)
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-3000-2280>

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões acerca da temática política, educação, trabalho docente e compromisso ético-político do educador. O tema é abordado a partir de três pontos: a apresentação de um rápido panorama geral acerca da conjuntura global; a análise de reformas educacionais que dizem respeito à precarização do trabalho docente e ações do atual governo; e, por último, reflexões acerca do compromisso ético-político na educação, o que se traduz nas demandas sociais e nas possibilidades de avanços na escola pública. Os procedimentos de investigação utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental e apoio em pesquisas empíricas realizadas em escolas públicas.

Palavras-chave: Educação. Política. Trabalho docente. Ética na política

Abstract

The purpose of this text is to present some reflections on the political theme, education, teaching work and the educator's ethical-political commitment. The theme is approached from three points: the presentation of a quick overview of the global situation; the analysis of educational reforms that concern the precariousness of teaching work and the actions of the current government; and, finally, reflections on the ethical-political commitment in education, which translates into social demands and the possibilities for advances in public schools. The research procedures used were bibliographic and documentary research and support for empirical research conducted in public schools.

Keywords: Education. Politics. Teaching work. Ethics in politics

Resumen

El propósito de este texto es presentar algunas reflexiones sobre el tema político, la educación, el trabajo docente y el compromiso ético-político del educador. El tema se aborda desde tres puntos: la presentación de una visión general rápida de la situación global; el análisis de reformas educativas que conciernen a la precariedad del trabajo docente y las acciones del gobierno actual; y, finalmente, reflexiones sobre el compromiso ético-político en la educación, que se traduce en demandas sociales y las posibilidades de avances en las escuelas públicas. Los procedimientos de investigación utilizados fueron la investigación bibliográfica y documental y el apoyo a la investigación empírica realizada en las escuelas públicas.

Palabras clave: Educación. Política. Trabajo docente. Ética en la política.

¹Departamento de Administração e Supervisão Escolar. Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília. Email: neusamdr@terra.com.br

Introdução

Já há muito tempo estudiosos apontam para a condição política da educação, ou para o fato de a política ser imanente à educação. Uma variante dessa condição seria a formação política dos educadores.

Marx abordou essa problemática no texto *Teses sobre Feuerbach* escrito em 1845. Marx (1982, p. 1) afirma que “A doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação, seres humanos transformados são, portanto, produtos de outras circunstâncias e de uma educação mudada, esquece que as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado”.

Nesse sentido, já ficava assinalada a ideia da educação política e permanente dos próprios educadores. As considerações de Marx (1982), ao contrário de algumas linhas pedagógicas que atribuem poderoso poder de mudança à educação, já nos advertiam para os seus limites, pois a educação e suas circunstâncias são feitas pelos homens.

Qualquer abordagem demiúrgica e todo-poderosa de educação acaba confrontada com as dificuldades da mudança da sociedade, da cultura e da economia e, ainda, com os limites das suas capacidades para transformar a própria educação, mesmo quando se pede aos professores que lutem contra as instituições educativas tradicionais (LIMA, 2016, p. 146).

Antonio Gramsci (1971, p. 37) observou essa questão ao admitir que tinha sido correto lutar contra a velha escola, embora a sua reforma não tivesse sido tão simples quanto parecia, e concluiu que: “O problema não era o do modelo curricular mas o de homens, e não apenas o dos homens que são realmente professores, mas o de todo o complexo social que eles expressam”.

Segundo Freire (1978) não é possível negar o caráter político da educação, a não ser por angelitude ou astúcia. Segundo o autor (1978, p. 69) “[...] os problemas básicos da pedagogia não são estritamente pedagógicos, mas políticos e ideológicos”.

A conjuntura de ascensão e implantação das políticas neoliberais trouxe inúmeros problemas, dentre eles: a destruição do meio ambiente; a super exploração dos trabalhadores; o retrocesso nos direitos sociais; o aumento da violência; o

desemprego e a fome para um bilhão de pessoas no mundo. Segundo Mészáros, em entrevista para a jornalista Alcântara de Outras Palavras (2011, p. 1), o capital enfrenta hoje seu processo descendente, uma crise estrutural que aciona seus limites mais absolutos e autodestrutivos.

Esses problemas afetam a educação? Sim, pois a educação está diretamente condicionada pela conjuntura, pelo contexto político e socioeconômico vigente.

No entanto, segundo Freire, o fato de a educação estar condicionada pelo contexto político não significa que nada deve ou pode ser feito no âmbito educativo a favor das classes populares. Há dificuldades, mas não há inutilidade. Por isso, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1975), afirma que podem ser realizados trabalhos educativos no sentido da humanização dos homens.

Freire (2000), ainda, percebia como os objetivos educacionais se vinculavam às demandas do mercado de trabalho e alertava para uma tendência pragmático-tecnista neoliberal da educação. Também alertou que essa tendência da educação negava os sonhos, as utopias e as ideologias, pois se preocupava apenas com a pura transmissão mecânica de saberes técnicos e instrumentais. O autor (2000, p. 95) afirma que “[...] nunca talvez se tenha feito tanto pela despolitização da educação quanto hoje”.

Assim, podemos concluir que a politização da educação tornou-se tarefa essencial para os intelectuais comprometidos com a classe trabalhadora. A academia também deve cumprir seu papel nesse quesito, não apenas disseminar e socializar o conhecimento produzido, mas também fomentar a crítica e a resistência às más políticas e aos maus governos, em especial no momento político difícil que estamos vivendo no Brasil, e em outros países da América Latina.

O objetivo deste texto é apresentar algumas reflexões acerca da temática política, educação, trabalho docente e compromisso ético-político do educador. Os procedimentos de investigação utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental e apoio em pesquisas empíricas realizadas em escolas públicas.

O tema proposto *Política, educação e trabalho docente: qual compromisso ético-político?* apresenta vários aspectos e imbricações e, para esclarecê-los, necessitaríamos desenvolver muitas argumentações, o que não seria possível, dados os limites deste texto. Dessa forma, optamos por abordar a temática por meio de três pontos: a) rápido panorama geral acerca da conjuntura global; b) análise de algumas reformas educacionais que dizem respeito à precarização do trabalho docente e ações do atual governo; c) e, por último, o compromisso ético-político na educação, o que para nós se traduz nas demandas sociais e nas possibilidades de avanços na escola.

Conjuntura global

Há praticamente cinqüenta anos, a conjuntura global econômica e política vem se caracterizando por uma crise do capitalismo. Embora a mídia e o senso comum disseminem explicações superficiais para a crise, as suas raízes encontram-se nos processos internos de acumulação e reprodução do capital e não em falhas humanas no sistema. Vários candidatos a governos estaduais e federal lançam suas campanhas prometendo acabar com a corrupção, a qual é nominada como motivo da crise econômica. Porém, as crises não são causadas por políticos corruptos, embora eles existam às centenas, não são causadas pela ganância, embora ela seja desenfreada, e não são causadas pelos gastos estatais. As crises são características permanentes e recorrentes do sistema capitalista que surgem do seu funcionamento econômico, tanto em nível produtivo, como em nível do capital fictício, ou seja, as crises são cíclicas.

Em resposta à crise, que se iniciou por volta dos anos 1970, a conjuntura vem se caracterizando também por uma ofensiva do capital que atinge todas as classes trabalhadoras, tanto do Norte como do Sul. Para Kliman(2012), talvez uma das razões para a gravidade da atual crise seja exatamente o fato de que os Estados-Nações e outras instituições estejam interferindo ativamente no sentido de adiar a crise. As ações desencadeadas pelos Estados e por essas instituições - mais conhecidas como políticas neoliberais - incluem vários elementos que elevam a acumulação privada do capital.

Alguns estudiosos (ANDERSON, 1995, SADER; GENTILI, 1995) vêm identificando as características contemporâneas do sistema: a financeirização da economia; a intensa monopolização; a produção internacionalizada e as ações das corporações; as crescentes privatizações; o aumento do empobrecimento das populações; o crescente endividamento e as bolhas especulativas.

Em uma palavra, podemos afirmar que a ofensiva do capital vem impondo uma gestão dos mercados desregulamentados a seu favor; desmontando todas as conquistas sociais das classes trabalhadoras; reprimindo com violência as resistências populares; criminalizando os movimentos sociais e iniciando guerras contra os países que não aderem ou não aceitam essas políticas.

Nos países onde havia o Estado do Bem Estar Social ele está sendo totalmente desmontado e na América Latina, onde sequer o Estado de Bem Estar Social foi constituído, graças às ações das várias ditaduras militares estabelecidas, a situação é ainda pior, pois há imensas massas de pessoas totalmente empobrecidas ou vivendo na miséria.

O plano econômico aplicado no Brasil na década de 1970 e início de 1980 levou à depressão do mercado de trabalho provocada pelo: a) baixo crescimento econômico; b) aumento do desemprego; c) deslocamento da produção; d) proliferação de *empregos lixo*; e) e desenvolvimento tecnológico poupador da força de trabalho que levou ao fechamento de postos de trabalho.

No plano político, depois dos anos de 1980, quando houve um ascenso do movimento popular e de trabalhadores, e como as expectativas de democracia e de melhorias das condições não foram atendidas, progressivamente foi ocorrendo uma crise de representatividade e mudanças de valores. A maior parte da população não tem confiança na política e muito menos nos políticos, não acredita nas instituições e nem em um futuro melhor para seus filhos.

Embora o próprio neoliberalismo se encontre em crise, como afirmam Duménil e Lévy (2013), a conclusão a que chegamos é a de que a lógica do capital dos últimos cinquenta anos tem atingido todas as categorias de trabalhadores, tanto

as que realizam um trabalho manual, como as que realizam um trabalho intelectual, e dentre essas destacamos a categoria docente.

Reformas educacionais e precarização do trabalho docente

A situação de precarização do trabalho docente observada nos dias atuais foi sendo construída num longo processo, agravou-se a partir dos anos de 1990, mas iniciou-se desde a ditadura militar.

As décadas de 1940 e 1950 foram o período no qual os professores tiveram as melhores condições de trabalho, as jornadas eram reduzidas, os professores tinham o controle sobre o seu processo de trabalho, prestígio social e salários dignos. Entretanto, essas condições de trabalho apenas eram possíveis porque o acesso ao ensino público era bastante limitado, ou seja, um acesso para as classes médias e altas.

Em relação ao controle sobre o processo de trabalho, os professores do que hoje se denomina educação básica, detinham grande autonomia sobre a organização das aulas e da escola, realizavam desde a seleção dos alunos até as bancas de concursos para ingresso na carreira docente. Também havia grande autonomia pedagógica, o que significava que as decisões quanto à seleção de alunos, escolha de livros e textos, questões disciplinares, nomeação de bancas de concurso, entre outras, eram tomadas pela Congregação das escolas. O professor exercitava o poder de cátedra integralmente, e decidia sobre os conteúdos, as atividades que realizava na sala de aula e o tempo que levaria para efetivá-las.

As décadas de 1970 e 1980 marcaram o fim desse período, em especial após a expansão realizada por meio da Lei de Diretrizes e Bases de 1971 (BRASIL, 1971), que ampliou a obrigatoriedade da educação de quatro para oito anos. Apesar da relevância da expansão do ensino no Brasil, ela foi realizada à custa da precarização dos direitos trabalhistas dos professores.

O aumento de alunos por sala de aula, a ampliação da jornada de trabalho e o arrocho salarial foram medidas tomadas durante a década de 1970, na ditadura

militar, o que obrigou os professores a lecionarem em mais de uma escola, prejudicando a qualidade do trabalho e desmantelando as equipes pedagógicas.

Os anos de 1980 foram marcados pela luta de movimentos sociais e de trabalhadores contra a ditadura e pela redemocratização do país. Variadas manifestações, paralisações e greves realizadas por trabalhadores de diversos setores impulsionaram a incorporação de direitos sociais na Constituição de 1988, e no que nos diz respeito, em especial o direito de sindicalização e de greve dos funcionários públicos.

Porém, apesar do forte e importante movimento desencadeado pelas entidades e associações nesse período, na década seguinte ocorreu, por um lado, o descenso do movimento popular e de trabalhadores e, por outro lado, a retomada do processo de precarização do trabalho.

Destaco três fenômenos que constituíram parte das medidas governamentais que deram origem à ampliação do processo de precarização: a intensificação do trabalho; a flexibilização nas formas de contratação; e o arrocho salarial.

Além de a intensificação do trabalho provocar consequências negativas para a vida e saúde do professor, pois reduz o seu tempo de descanso e lazer, configura-se como um ataque à autonomia, às condições de trabalho e à disponibilidade para o aprimoramento profissional, pois o excesso de trabalho realizado restringe, cada vez mais, o tempo necessário para discutir, criar e efetuar um projeto escolar coletivo, já que a maioria vivencia a mesma condição.

A flexibilização das formas de contratação dos docentes é outro fenômeno crescente propiciado pelas reformas educacionais promovidas pelos governos federal e estaduais. Poderíamos citar várias legislações que incidiram no trabalho docente, mas basta lembrar que hoje uma grande parte da categoria acumula a abusiva jornada de 65 horas semanais, o que é possível graças à legislação que permite.

Por fim, o arrocho salarial progressivo, que foi outra medida de precarização que vem sendo tomada nesses últimos 40 anos.

Para resumir a atual situação da educação e da carreira docente, enfatizamos cinco pontos.

A precarização do mercado de trabalho docente, que trouxe um retrocesso nas condições de vida e trabalho e a perda de direitos legais dos docentes. Os salários foram e continuam a ser erodidos. Aplicou-se no serviço público a modificação da lei que propiciava relativa estabilidade no emprego, colocando-se o direito à demissão, em nome da racionalidade e da flexibilidade das relações de trabalho.

Ainda sob o governo de Fernando Henrique, e dando continuidade às políticas da ditadura, a *contrarreforma* da previdência acabou com a aposentadoria integral e proporcional às contribuições realizadas durante a vida ativa dos trabalhadores, fixando para os servidores públicos um teto fixo, de fato, *um teto de pobreza* e sujeito à degradação pela inflação. Com a aprovação da Reforma da Previdência PEC 06, em 2019, pelo Senado Federal, os direitos dos trabalhadores, nesse quesito, foram totalmente amputados.

O segundo ponto diz respeito à extinção praticamente consumada do que se conhecia como liberdade de cátedra ou controle sobre o processo de trabalho, o que constitui uma das dimensões de maior impacto das políticas capitalistas de precarização, tanto para o mercado de trabalho docente, quanto para a educação escolar como atividade. O controle sobre o trabalho na educação básica praticamente desapareceu utilizando-se vários mecanismos, inclusive o do controle dos conteúdos e da didática.

Em terceiro, enfatizamos a implantação na administração das escolas da lógica empresarial – racionalização, eficácia, eficiência – que significam precarização do trabalho, diminuição dos salários, aumento da produtividade, avaliações e cumprimento de metas, centralização do poder nos executivos: a palavra de ordem é o gestor forte.

O quarto ponto é a mercantilização da educação em vários sentidos. Apontamos um: a total modificação na definição e entendimento que se tem hoje do significado de produção de conhecimento. Se até a década de 1950-60, ainda vigorava na universidade a produção da ciência e da cultura, e o tempo era o tempo

necessário para se fazer uma pesquisa com qualidade, discutindo os clássicos, a formação era consistente, hoje a produção de conhecimento é pragmática e utilitarista, de aplicação imediata, de acordo com as demandas do mercado, e o tempo passou a ser contado em pontinhos nos currículos e em moedas.

Por último, ressaltamos a precarização da saúde dos trabalhadores da educação, um capítulo à parte, mas que vivem hoje em constante estresse, pressão e ameaças, sem vida própria, social ou familiar.

Educação atual e compromisso ético-político

Todas as formas de precariedade expostas até aqui foram exacerbadas após o golpe de abril de 2016, com as reformas do ensino médio, trabalhista, da previdência, escola sem partido, dentre outros malefícios para os profissionais e população em geral.

A educação escolar tornou-se uma das atividades mais importantes e generalizadas da sociedade em decorrência, principalmente, do incremento acelerado do trabalho intelectual em todas as esferas. A relevância social da educação, entretanto, não está redundando em melhores condições de vida para os professores, estudantes e trabalhadores assalariados em geral.

À expansão incontrolável da educação, a classe dominante responde com um grande esforço para fazer com que o sistema escolar cumpra seu papel de habilitador do trabalho assalariado, condição para a reprodução do capitalismo e, ao mesmo tempo, para que o sistema não perca sua capacidade de promover a desigualdade social, desenvolvida com a disseminação ideológica do mérito escolar. As principais políticas implantadas com esse propósito são a privatização da educação sob diversas formas, o alongamento do perfil do sistema escolar e a precarização do mercado de trabalho docente.

A privatização da educação abre uma vasta área de atividades para a valorização direta do capital e possibilita um controle pedagógico mais eficaz de professores e estudantes.

O alongamento do perfil do sistema escolar significa que os alunos devem permanecer mais tempo na escola, no entanto, isso não significa que venham a mover-se na escala sócio-econômica. Uma vez no mercado de trabalho, é necessário apresentar certificações de nível cada vez mais elevado para obter os mínimos benefícios.

A precarização do trabalho docente tem um ponto de inflexão que denominamos de neotaylorização do processo de trabalho pedagógico. Quando o segmento docente possuía autonomia pedagógica, a classe dominante tinha que *comprar* sua lealdade possibilitando-lhe uma situação sócio-econômica minimamente confortável e prestigiosa. Porém, com o neotaylorismo, o trabalho docente tornou-se barato e facilmente substituível, e a lealdade da categoria deixou de ser um problema.

Os docentes estão se deparando com a degeneração sócio-econômica e profissional que, segundo tudo indica, aumentará no futuro imediato. Os estudantes, por seu lado, sofrem com a renovada elitização do sistema educacional, com o *parking* em expansão, o mercantilismo desbragado e o autoritarismo pedagógico expandido e intensificado, decorrente do controle centralizado.

Após a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência, em outubro de 2018, as condições da educação foram imensamente pioradas. Trata-se de um governo de extrema direita que vem desencadeando um movimento claramente anticientífico e anti-conhecimento escolar. Uma de suas primeiras medidas foi o corte de verbas da educação, em especial das universidades. Em março de 2019 (BRASIL, 2019), o governo anunciou o corte de 5,8 bilhões nas verbas destinadas às universidades públicas e programas de fomento à pesquisa, o que desencadeou protestos por todo o país. A justificativa apresentada pelo presidente e pelo ministro da educação foi a de que os recursos seriam aplicados na educação básica, em especial na ampliação da rede de creches do país. No entanto, notícias divulgadas em julho pela Folha de S. Paulo (SALDANHA, 2019, p. 1), mostram que o governo, além de não investir, também esvaziou ações voltadas para a educação básica, como programas de apoio à educação de tempo integral, construção de creches, alfabetização e ensino técnico.

Segundo o Guia do Estudante (ILHEÚ, 2019), a previsão é que em 2020 o Ministério da Educação sofra ainda mais cortes do que em 2019. Segundo a proposta orçamentária apresentada pelo Governo de Jair Bolsonaro, o valor repassado ao MEC será 18% menor do que em 2019, em valores absolutos cai de R\$ 122 bilhões para R\$ 101 bilhões. O corte vai refletir em todos os níveis educacionais, da educação básica ao superior, incluindo a pesquisa.

Neste momento, a possibilidade da situação orçamentária ser revertida é bastante pequena, já que o atual Congresso Nacional é composto por poucos eleitos com interesse em fomentar a educação e a pesquisa científica e por muitos que representam o interesse do capital ligado à educação.

As medidas tomadas pelo governo Bolsonaro para a educação, apenas ratificam a ideia de que o Brasil é um país que não precisa fazer pesquisa, um país que não se envolve e não envolve os seus cidadãos na pesquisa científica e tecnológica. Mas, um país que não pesquisa, que não produz conhecimento de ponta será apenas produtor de bens primários e obrigado a comprar tecnologia de outros. Com os altos cortes de recursos para a manutenção das instituições públicas de ensino superior e das agências de fomento, assistiremos ao sucateamento da ciência brasileira, com a redução da qualidade e quantidade de conhecimento produzido.

A redução na produção de conhecimento científico coloca em risco muito mais do que a formação de estudantes, de docentes e a produção de conhecimento em si. Essa medida afetará profundamente a formulação de novas políticas públicas, em especial as voltadas para as populações mais pobres, a formação de profissionais qualificados, o desenvolvimento de remédios e vacinas, e a criação de soluções que contribuam para o desenvolvimento nacional, para o bem-estar e a qualidade de vida de amplas populações.

Em suas postagens no twitter, Bolsonaro afirmou que o ambiente escolar e acadêmico no Brasil está massacrado pela ideologia de esquerda, que prioriza a conquista de militantes políticos ao invés da formação (FREITAS FILHO, 2019). Ainda, afirmou que uma das prioridades do seu governo é quebrar o ciclo da massa

hipnotizada, reiterando medidas enérgicas de controle e fiscalização das escolas e universidades.

Desse modo, a forma eficaz e pedagógica que o presidente e sua equipe estão implantando para desenraizar a denominada *praga comunista* das instituições de ensino é o estabelecimento

“[...] de projetos de lei e dispositivos pedagógico-normativos que instituem vetos, cerceamentos e censuras à prática docente e ao currículo escolar, impulsionando, por conseguinte, o que apontamos como ‘desprofissionalização’ docente e ‘desescolarização’ da política curricular” (FREITAS FILHO, 2019, p. 1).

Trata-se de um período em que o cerceamento, os vetos e a repressão nas escolas e universidades estão na ordem do dia. Um período em que as *fakes*, ou seja, as mentiras disseminadas na mídia e na internet, provocam um debate desarticulado dos fatos e particularmente da cientificidade. Trata-se de um discurso hegemônico que apela para as emoções e crenças das pessoas.

Antes mesmo da eleição de Bolsonaro, as instituições públicas de educação básica e superior já vinham se deparando com questionamentos e ações repressivas por parte de grupos conservadores, como ruralistas, reformadores empresariais, partidos políticos de extrema-direita, dentre outros, e, dessa forma, vivenciando situações de desmandos, interferências nas eleições de reitores, discursos conservadores racistas e contra os direitos humanos, a liberdade de expressão e a política de gênero. São esses mesmos grupos políticos que vêm propagandeando a privatização das universidades, a reforma da escola pública e tomando medidas que esvaziam seu espaço, tais como: a escola sem partido, ensino básico à distância, educação domiciliar e reformas curriculares que diminuem ou mesmo acabam com as cargas-horárias de diversas disciplinas, como História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

O atual governo e seus grupos de apoio defendem a neutralidade do docente em sala de aula, ou seja, censuram quaisquer reflexões políticas ou ideológicas no interior da sala de aula. Para eles, ao professor cabe apenas o dever de ensinar o conteúdo básico, e o papel da formação cidadã e de educar caberia aos

pais e familiares, como se houvesse uma distinção entre o papel de professor e o de educador.

Além disso, questionam-se a laicidade preconizada na LDB/96, a pedagogia freireana, os estudos darwinistas e marxistas, bem como se disseminam discursos sobre um currículo neutro, tecnicista, em que conteúdos escolares devem estar dissociados do debate sobre direitos humanos.

Ora, o debate sobre a neutralidade da escola não é nada novo. O discurso hipócrita do conhecimento neutro na escola apenas tenta esconder um tipo de pensamento ideológico e político nela disseminado. Ou não são políticos e ideológicos o pensamento e as ideias do liberalismo, e agora do neoliberalismo? ²

A escola forma para o disciplinamento, para a meritocracia e para a obediência à hierarquia social, para que os filhos dos trabalhadores ocupem o seu lugar na escala social. Ainda o faz com autoritarismos e mandonismos, e se isso não for ideológico e político, o que seria então?

Em tempos de projetos políticos reacionários com duras críticas à escola e à universidade, sobretudo ao fazer pedagógico e ao currículo, cabe aos educadores, do nosso ponto de vista, o papel, não apenas de defesa da escola e da universidade públicas, mas, sobretudo de resistências a essas malfadadas políticas. Cabe a aposta em um aprendizado que considere o trabalho intelectual e a liberdade de pensamento como elementos importantes, para a formação dos sujeitos e sua qualificação e para a socialização dos saberes, e principalmente para estabelecer diferenças nas formas de se compreender a realidade e agir sobre as contradições sociais, que são estabelecidas por uma ordem social desigual e antidemocrática.

Indagamos: a quem interessa o esvaziamento das instituições públicas de ensino? Quem sai ganhando e quem sai perdendo com o fechamento de inúmeras escolas, do campo e das cidades, e com a diminuição de cargas-horárias de disciplinas diversas, com o veto à liberdade de pensamento e à cátedra do professor

² Ainda no século XIX, o primeiro movimento de trabalhadores organizado, denominado movimento Cartista, já percebia a formação ideológica introduzida na escola estatal da época, tanto que fundou escolas próprias para os filhos dos trabalhadores (DAL RI, 2013).

e, sobretudo, com a censura das reflexões políticas por parte dos alunos, no interior da escola? Como ficará a formação de estudantes com baixa renda, ao acessarem o ensino fundamental à distância ou que tenham parte da sua formação básica em casa, a partir da adesão de seus pais à educação domiciliar?

Mais do que nunca, enquanto educadores, nossa tarefa é a de defesa da escola e da universidade públicas, e não qualquer escola pública, mas a que reafirme a sua condição de instituição que privilegia a criticidade, um espaço para o debate de diferentes ideias e para o pluralismo cultural.

Até o momento nos referimos às macro-políticas, seus objetivos e consequências. Mas, é hora também de revisitarmos nossa prática.

O que nós, educadores que nos consideramos éticos e comprometidos com as necessidades da maioria da população, temos feito nas nossas escolas, universidades e no interior de nossas salas de aula? Estamos praticando a democracia, o humanismo e incentivando a participação, ou nas escolas há práticas centralizadoras, mandonismos, autoritarismo, disseminação da ideologia da meritocracia etc.

Na pré e pós eleição de 2018, alguns colegas da minha Universidade ficaram se perguntando a razão de uma grande parte da juventude estar apoiando o candidato que foi vencedor, e como poderiam os jovens defenderem pensamentos tão conservadores e fascistas. Poderia não nos preocupar que a maior parte de jovens das elites e classe media alta defenda esses valores. Mas, e os jovens da classe trabalhadora? Essa opção teria alguma relação com a formação educacional dos jovens? Que tipo de formação está sendo oferecida para os jovens?

Em nossa já longa trajetória na universidade e nos estudos sobre a escola pública observamos que os alunos aprendem sobre o mundo, muito mais no cotidiano, na vivência diária da estrutura e funcionamento das escolas, do que propriamente no que lêem nos livros. De nada adianta várias leituras sobre a democracia, se a prática na escola é antidemocrática, autoritária e hierárquica.

Embora a Constituição de 1988, a LDB de 1996 e os Planos de Educação tragam a gestão democrática como diretriz para a organização escolar, esta

praticamente inexistente nas escolas. Não há uma cultura de participação, de politização, mas sim o que chamo de currículo oculto, porque não é declarado, mas está implícito e na vivência. E como já disse, na escola se aprende que os alunos não têm voz e devem se submeter ao poder centralizador.

A maior parte dos alunos ingressa na universidade com pouquíssimo ou nenhum conhecimento nas áreas de história e geografia, quanto à sociologia e filosofia não há necessidade de comentar. Isso significa que os estudantes da educação básica não aprenderam a questionar e a refletir. A maior parte da juventude se quer sabe que, em passado recente, vigorou uma ditadura militar e o significado disso, porque esses conteúdos não estão presentes nos currículos ou, se constam, não são trabalhados. Mas, uma juventude que não conhece sua história, que não tem claro um projeto humanista e transformador para a sociedade, poderá cumprir seu papel inovador?

Além disso, encontra-se nas escolas a transmissão de valores como a competição e o mito da meritocracia, que alimentam as desigualdades sociais, a discriminação e a intolerância. A solidariedade, que é uma bandeira muito forte, deixou, há muito tempo, de ser trabalhada.

Do nosso ponto de vista, alguns governos mais populares da América Latina, como o de Lula no Brasil, de Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia etc., realizaram certa distribuição de renda, incluíram populações ao mercado e ao consumo, mas cometeram um mesmo erro. De fato, uma camada da população mais pobre foi *incluída* ao mercado e ao consumo, mas não se trabalhou a conscientização, a politização e a solidariedade. Ao contrário, todos buscaram um certo consenso, como se isso fosse possível em uma sociedade de classes, que tem a hegemonia da burguesia.

Desse modo, as ferramentas clássicas de politização ficaram esquecidas. O que aconteceu com a nossa música, literatura, poesia, teatro que antes eram ferramentas de politização e conscientização? O que aconteceu com a rebeldia e a coragem de lutar da juventude?

Distribuiu-se a riqueza, mas não se fez a politização necessária, se incluiu ao mercado e consumo, mas não se gerou a solidariedade social. Desse modo, será que devemos nos assombrar agora com a população votando na direita?

A conclusão que nos parece óbvia nos diz que temos que recuperar a ética, a solidariedade, a capacidade de sonhar e o compromisso com as classes populares, ou seja, precisamos resgatar a utopia.

Considerações finais

Diante deste cenário, enunciador de um porvir educacional e trabalhista ainda mais dificultoso, o que farão docentes, estudantes e funcionários da educação? O que nós educadores faremos? Qual o nosso compromisso ético-político?

Parece que a recusa do destino que as classes dominantes e os governos neoliberais querem impingir à educação conduzirá os educadores e estudantes à resistência, a um esforço para impedir mais retrocessos, abrindo uma era de conflitos pedagógicos, políticos e sociais reiterados no setor educacional.

Isso já se iniciou. Desde 2014 é no setor educacional que encontramos o maior número de greves, paralisações e manifestações, em nível mundial.

Podemos observar que a luta está sendo travada por estudantes e professores com várias ações e manifestações ocorridas nos mais diversos países, pois esses segmentos estão inconformados com as contrarreformas educacionais que estão precarizando, cada vez mais, os sistemas escolares públicos.

Nesse caso, colocamos um ponto de discussão: se o que afirmamos está correto, haveria a possibilidade de que a perspectiva da luta evolua da defesa da escola estatal para a defesa da escola realmente pública, ou seja, uma escola governada pelos seus usuários, os trabalhadores.

A menção a esta possibilidade não é uma ficção, pois em passado recente, a luta pela gestão democrática na educação, independentemente da clareza com que foi formulada ou dos resultados obtidos, estava orientada por essa perspectiva. Portanto, não é implausível que no futuro, a proposição de gestão democrática, ou seja, a questão de quem governa ou governará a educação, reapareça sob outra ótica.

Neste caso, a luta pelo controle do sistema escolar ou alguma variante do trabalho associado na escola, passará a fazer parte do movimento, em substituição à subalternidade de assalariados, e poderá povoar o imaginário dos atores escolares.

Acreditamos que se uma lição ficou de todo esse período histórico é que se aprendeu a lutar e de que é preciso lutar.

Para encerrar, afirmamos que estamos vivendo uma época de transição. Esse e outros debates se aprofundarão daqui para frente. O resultado da luta, como em todo período de transição, é incerto. Mas, em eras de transição, ninguém pode dar-se *ao luxo de ficar de fora*. Devemos nos perguntar: o que estamos fazendo das nossas vidas e o que estamos deixando que façam das nossas vidas.

Não temos uma receita, um plano, sofremos também da mesma frustração ao ler os autores críticos e ficar na expectativa de uma resposta ou solução. Mas, não há.

Porém, se não temos uma receita, de uma coisa temos certeza, a solução não virá do nível individual, cada um tentando se salvar matando um leão por dia, mas sim do coletivo. E, para este caso, parece-me válida uma das principais categorias do materialismo histórico, qual seja, que ao se tratar dos problemas da realidade social, a prática social é um critério de verdade.

Épocas de transição não trazem apenas dificuldades e sofrimentos, mas trazem também momentos propícios para mudanças. Desta forma, ressalvamos a importância da participação dos segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil, na conquista de uma escola pública democrática e de qualidade e, além dos muros da escola, por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

Referências

ALCÂNTARA, D. Mézáros vê o capital em fase descente. **Outras Palavras**. São Paulo, 21 jun. 2011. Disponível em: <https://outraspalavras.net/sem-categoria/meszaros-ve-o-capital-em-fase-descendente/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BRASIL. **Lei n. 5692**, de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>

BRASIL. **Decreto n. 9.741**, de 29 de março de 2019. Altera o Decreto n. 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D9741.htm

BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional – PEC 6/2019**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>

DAL RI, N. M. Movimentos sociais e educação democrática: antecedentes da pedagogia do trabalho associado. In: ELISALDE, R.; DAL RI, N. M.; AMPUDIA, M.; PEREYRA, K. **Movimientos sociales, educación popular y trabajo autogestionado en el Cono Sur**. Buenos Aires: Buenos Libros, 2013. v.1, p. 137-164.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Porto: Afrontamento, 1975.

FREIRE, P. A alfabetização de adultos: é ela um que fazer neutro? **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 1, n. 1., p. 64-70, 1978.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho d'Água, 2000.

FREITAS FILHO, L. O governo Bolsonaro e os sentidos de educação, escola e universidade em disputa. **Carta Maior**. São Paulo, 23 abr. 2019.

GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks**. Londres: Lawrence and Wishart, 1971.

ILHEÚ, T. Governo prevê mais cortes para o MEC em 2020. Os cortes vão do Ensino Básico ao Superior. **Guia do Estudante**. São Paulo, 02 set. 2019. Disponível em:

<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/governo-preve-mais-cortes-para-o-mec-em-2020/>

KLIMAN, A. **The failure of capitalist production** - underlying causes of the great recession. Londres: Pluto Press, 2012.

LIMA, L. C. Sobre a educação cultural e ético-política dos professores. **Educar em Revista**. Curitiba, n.61, p. 143-156, jul./set. 2016.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Avante, 1982.

SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALDANHA, P. Governo corta repasse para educação básica e esvazia programas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15 jul. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/governo-corta-repasse-para-educacao-basica-e-esvazia-programas.shtml>

Neusa Maria Dal Ri

Marília, São Paulo, Brasil.

Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (1997). Livre-docência pela Universidade Estadual Paulista (2004). Pós-doutorado na Universidade do Minho, Portugal. Atualmente é professora adjunto - livre-docente III - da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília, docente do Departamento de Administração e Supervisão Escolar e do Programa de Pós-graduação em Educação. Editora da Revista ORG&DEMO. Pesquisadora PQ do CNPq. Coordenadora do Doutorado Interinstitucional Capes- Dinter - UNESP/IFCE (2013-2017). Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP, FFC, Campus de Marília (2013-2017).

Email: neusamdr@terra.com.br

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0079401220807071>

Recebimento: 30/05/2020

Aprovação: 02/06/2020

Q.Code



Editores-Responsáveis

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França